



JUCESP PROTOCOLO
934457/06-2



RECEBIDA
10/12/2006

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

CNPJ nº 02.509.491/0001-26

NIRE nº 35.300.155.149

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 1º de dezembro de 2006

1. Data, Hora e Local

No dia 1º de dezembro de 2006, às 13 horas, na sede da Sociedade, no km 28,5 da Rodovia dos Imigrantes, Jardim Represa, Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

2. Convocação e Presenças

Dispensadas as formalidades para convocação, em decorrência da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração.

3. Mesa

Presidente – **Pedro Beltrão Fraletti**
Secretário – **Marcelino Rafart de Seras**

4. Ordem do Dia

Deliberar sobre os termos e condições da distribuição pública da 1ª emissão de 42.500 (quarenta e duas mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal”), em três séries (“Debêntures”), no montante total de até R\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais), observada a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures conforme disposto nos artigos 14, §2º e 24 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação (“Emissão”), exceto para as Debêntures Adicionais e para as Debêntures do Lote Suplementar, conforme abaixo definidas, as quais serão distribuídas sob o regime de melhores esforços, se for o caso, nos termos do §1º do artigo 59 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de



1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e do §1º do artigo 22 do Estatuto Social. A Emissão foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 1º de dezembro de 2006.

5. Deliberações

Nos termos da Assembleia Geral Extraordinária de 1º de dezembro de 2006, e com base no §1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, os Srs. Conselheiros aprovaram pela unanimidade dos presentes os seguintes termos e condições da Emissão de Debêntures da Companhia:

- A. Debêntures Adicionais. A quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá ser aumentada, exclusivamente na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Companhia, nos termos da escritura de emissão das Debêntures (“Escritura de Emissão”), até um montante que não exceda a 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas (“Debêntures Adicionais”). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.
- B. Debêntures do Lote Suplementar. A Companhia poderá conceder à instituição líder da distribuição pública das Debêntures da Emissão (“Coordenador Líder”) e aos demais coordenadores da Emissão (em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”) a opção de, após consulta e concordância prévia da Companhia, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores, aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos destinatários da Emissão, nas mesmas condições e preço das Debêntures, até um montante equivalente 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas (“Debêntures do Lote Suplementar” e “Opção das Debêntures do Lote Suplementar”).
- C. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de novembro de 2006 (“Data de Emissão”).
- D. Certificados. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.
- E. Prazo e Data de Vencimento. O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª série é de 84 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de novembro de 2013. O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª



série é de 90 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de maio de 2014. O prazo de vencimento das Debêntures da 3ª série é de 90 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de novembro de 2014 (individualmente, a “Data de Vencimento” e conjuntamente, as “Datas de Vencimento”).

- F. Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido do rendimento de cada série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão das Debêntures até a respectiva data de integralização (“Preço de Subscrição”). A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e à Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.
- G. Rendimento das Debêntures. O rendimento da 1ª Série será atrelado aos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia (“Taxas DI”), definido em Procedimento de *bookbuilding*, sendo a taxa limitada a 104,50% da taxa média diária dos DI, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização. Os rendimentos da 2ª e 3ª Séries serão atrelados ao IGP-M, definidos em Procedimento de *bookbuilding* e expressos na forma de IGP-M + *spread*. A taxa máxima da 2ª e 3ª séries será limitada a variação da NTN-C de 2011 (Nota do Tesouro Nacional série C), divulgada pela ANDIMA, em sua página na internet www.andima.com.br, seção “Informações Técnicas/Títulos Públicos/Mercado Secundário/Taxas Indicativas”, 2 (dois) dias úteis imediatamente anteriores à data de realização do *bookbuilding*, acrescida de 205 pontos base ao ano (“Taxa Máxima da 2ª e 3ª Séries”). A Taxa Máxima da 2ª e 3ª Séries, expressa na forma de IGP-M + *spread*, será comunicada aos investidores no dia útil imediatamente anterior à data de realização do *bookbuilding*, estimada para ocorrer em 13 de dezembro de 2006. A remuneração final da 2ª e 3ª séries será expressa na forma de IGP-M + *spread*. O rendimento das Debêntures da 1ª série será pago semestralmente, a contar da Data de Emissão. O rendimento das Debêntures da 2ª série será pago anualmente a partir do 18º mês, inclusive, a contar da data de Emissão. O rendimento das Debêntures da 3ª série será pago anualmente, a contar da data de Emissão.

H. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

I. Amortização e Pagamento do Principal. As Debêntures da 1ª série serão amortizadas em 8 (oito) parcelas pagas semestralmente a partir de 1º de maio de 2010. As Debêntures da 2ª série serão amortizadas em 5 (cinco) parcelas pagas anualmente a partir de 1º de maio de 2010. As Debêntures da 3ª série serão amortizadas em 5 (cinco) parcelas pagas anualmente a partir de 1º de novembro de 2010. As parcelas do Valor Nominal das Debêntures a serem amortizadas deverão ser acrescidas do Rendimento referente a cada série. Farão jus à Amortização e ao Rendimento os titulares das Debêntures de cada série ao final do dia útil anterior a data do efetivo pagamento.

J. Aquisição Facultativa. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal acrescido do Rendimento referente a cada uma das séries, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde as Datas de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento referente a cada uma das séries, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesmo rendimento das demais Debêntures em circulação.

K. Recompra. Caso o Poder Concedente exija a disposição ou negociação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, nos termos dos instrumentos de garantia, em montante correspondente a mais do que 5% (cinco por cento) da receita operacional bruta da Companhia, calculada com base no exercício social imediatamente anterior, a Companhia deverá notificar o Agente Fiduciário para que convoque uma AGD. Referida notificação deverá ser realizada pela Companhia em até 15 (quinze) dias após a data que a Companhia tomar ciência da ocorrência do evento, sendo que na AGD, cada Debenturista terá a opção de manifestar a intenção de manter ou não a titularidade das suas Debêntures. A Companhia obriga-se a adquirir, no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data da AGD, a totalidade das Debêntures dos Debenturistas que manifestarem a intenção em alienar suas Debêntures. Tais Debêntures serão adquiridas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da atualização monetária (quando

apliável) e dos Juros Remuneratórios incidentes *pro rata temporis* desde a última data de pagamento até a data da efetiva recompra. Os Debenturistas que se abstiverem de votar na AGD ou não manifestarem interesse na recompra ou, ainda, não comparecerem à AGD, manterão a titularidade das Debêntures. As debêntures adquiridas pela Companhia por meio da recompra poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas no mercado.

L. Vencimento Antecipado. Serão consideradas causas de vencimento antecipado das Debêntures, exigindo o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido do Rendimento referente a cada uma das séries:

- (a) liquidação, dissolução, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, da Companhia ou da Ecorodovias;
- (b) propositura, pela Companhia ou pela Ecorodovias de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia ou pela Ecorodovias, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil, contado da notificação do agente fiduciário da Emissão (“Agente Fiduciário”) neste sentido;
- (d) protestos de títulos contra a Companhia, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 30 (trinta) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia no prazo legal;
- (e) pagamentos aos acionistas da Companhia de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Companhia estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto na alínea “b” do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia;

- (f) falta de cumprimento pela Companhia de quaisquer obrigações não-pecuniárias previstas, na Escritura de Emissão, que não sejam sanadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (g) falta de cumprimento pela Companhia de quaisquer obrigações previstas nos contratos de garantia, respeitados os prazos previstos nos contratos de garantia;
- (h) a Companhia inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (i) tiver a concordância do credor correspondente ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Companhia;
- (i) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia ou de qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas;
- (j) as declarações e garantias prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão, bem como as prestadas pela Ecorodovias e pela Companhia nos termos dos contratos de garantia, forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas ou enganosas;
- (k) a Companhia transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (l) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Companhia, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Companhia, de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (m) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
- (n) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Companhia por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se a cisão, fusão ou incorporação

atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, transferência do controle acionário da Companhia, desde que, após a referida transferência de controle, uma agência de classificação de risco de renome internacional rebaixar o *rating* da Emissão;

(o) a Companhia criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas, no presente ou no futuro, da Companhia, exceto: (i) aqueles previstos nos contratos de garantia; (ii) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Companhia, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa-fé pela Companhia, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final; (iii) ônus ou gravames exigidos nos termos do Contrato de Concessão; e (iv) bens que não estiverem gravados nos termos dos contratos de garantia;

(p) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente ou se tratar de modificação pontual que não resulte na mudança da atividade principal da Companhia;

(q) a Companhia vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, de forma que afete substancialmente a capacidade de pagamento da Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não; e

(r) não-manutenção, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites, os quais serão apurados no último dia de cada trimestre tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração:

(i) o índice obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida Consolidada pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser igual ou inferior a 2,2; e

(ii) o índice obtido da divisão entre EBITDA e Serviço da Dívida (conforme definido abaixo) deverá ser igual ou superior a 1,3.

Para fins desta Cláusula os termos elencados abaixo têm o significado aqui a eles determinados:

“Dívida Financeira Líquida”: significa o valor calculado em bases consolidadas igual (a) à soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (commercial papers), títulos emitidos no mercado internacional (bonds, eurobonds, short term notes), registrados no

passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante;

“EBITDA”: significa o lucro ou prejuízo operacional da Companhia, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras, definição esta na forma usualmente aceita pelos princípios contábeis brasileiros;

“Despesas Financeiras”: despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: juros relativos a dívidas bancárias, (ii) juros incorridos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional, (iii) despesa de variação monetária e cambial de juros e principal das modalidades de dívida referidas nos itens (i) e (ii) da presente definição, (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Companhia, bem como (v) despesas financeiras referentes a passivos de operações de derivativos;

“Receitas Financeiras”: receitas calculadas pelo regime de competência definidos como: (i) receitas de aplicações financeiras (ii) receita de variação monetária e cambial de juros e principal sobre as dívidas bancárias, sobre as Debêntures, sobre o direito de outorga da concessão e demais títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional, (iv) receitas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Companhia, bem como (v) receitas financeiras referentes a ativos de operações de derivativos;

“Serviço da Dívida”: todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida, exceto os pagamentos efetuados no mesmo período de apuração de juros e amortizações referentes aos empréstimos do BID, BNDES e Empréstimo-Ponte, liquidadas em função da emissão das referidas Debêntures.

Fica deliberado que somente ocorrerá o vencimento antecipado das Debêntures caso os índices e limites estabelecidos no item (r), acima, não sejam observados em mais de dois trimestres durante todo o prazo das Debêntures, sendo que tais dois trimestres não poderão ser consecutivos.

(s) transformação da Companhia em sociedade limitada; e

(t) rescisão, término, perda, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão; e

(u) se a soma do valor das ações objeto do penhor nos termos do Contrato de Penhor e do valor dos direitos creditórios objeto da cessão fiduciária em garantia nos termos do contrato de Cessão Fiduciária resultar em montante inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures; e

(v) caso o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e/ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES ("BNDES") questionem, por escrito, ou se oponham, por escrito, à liberação das garantias prestadas nos termos dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia junto ao BID e ao BNDES, em 30 de março de 2001, salvo se os referidos questionamentos ou oposições sejam atendidos no prazo de 20 (vinte) dias contados das suas respectivas datas de ocorrência.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (i) e (t) acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. O vencimento antecipado automático de qualquer série das Debêntures acarretará o vencimento antecipado de todas as Debêntures de todas as séries em circulação.

O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data que tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer eventos de vencimento antecipado não indicados no parágrafo acima, uma AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, sendo que a referida AGD poderá, por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

Caso os Debenturistas não aprovem a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do Rendimento I, II ou III, conforme o caso, e encargos até a data de seu efetivo pagamento. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá convocar, imediatamente, uma AGD para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures das outras Séries em circulação. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida AGD, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures das outras Séries em circulação.

A Ecorodovias poderá efetuar o cancelamento de 7.934.120 (sete milhões novecentos e trinta e quatro mil e cento e vinte) ações por meio de uma redução do capital social da Companhia, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações, sem que este evento caracterize o vencimento antecipado das Debêntures.

A aquisição das Debêntures acarretará a concordância expressa dos Debenturistas com relação à referida redução de capital, ficando deliberado, neste ato, que não será realizada a AGD especial para a aprovação prévia da redução de capital prevista no § 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com o artigo 231 da Lei das S.A., a incorporação, a fusão ou a cisão da Companhia dependerá da prévia aprovação de 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, dispensada tal aprovação se a Companhia assegurar aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Companhia das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das AGDs relativas à operação.

No caso da ocorrência do evento indicado alínea (n) acima, a agência de classificação de risco deverá ser convocada pela Companhia em até 10 (dez) dias corridos, contados da data em que se tornar efetiva a alteração no controle acionário da Companhia, para realizar a atualização do *rating* da Emissão, sob pena de, (i) em não sendo feita a referida convocação; ou (ii) não sendo divulgado o *rating* atualizado no prazo de 30 (trinta) dias da convocação por ato ou fato imputável à Companhia, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. A agência de classificação a ser convocada será a Standard & Poor's. Caso a Agência de *rating* cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Companhia poderá (i) solicitar atribuição de *rating* à Moody's ou Fitch, ou (ii) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir a nova agência de *rating* para emitir o *rating* para a finalidade do vencimento antecipado.

- M. Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal acrescido do Rendimento aplicável a cada uma das séries, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento de Rendimento aplicável.
- N. Local do Pagamento. Observados os casos de prorrogação dos prazos, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.
- O. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para

pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

- P. Encargos Moratórios. Ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do rendimento aplicável a cada uma das séries, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.
- Q. Mora do Debenturista. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia nas datas a serem estipuladas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.
- R. Procedimento de Distribuição. Observadas as disposições da Instrução CVM nº 400/03 (especialmente artigos 21, 23 e 33, §3º), as Debêntures serão objeto de distribuição pública pelos Coordenadores, em regime de garantia firme de subscrição, exceto para as Debêntures Adicionais e para as Debêntures do Lote Suplementar, as quais serão distribuídas sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes das ofertas, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos de Debêntures, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos Coordenadores, privilegiando a redução de taxas de remuneração, e havendo ainda a busca pela maior pulverização das Debêntures para que haja maior liquidez destas no mercado secundário, independentemente de ordem cronológica de apresentação das respectivas manifestações de interesse. Os Coordenadores efetuarão a colocação das Debêntures junto a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de

previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados assim considerados pelas regras vigentes no país.

- S. Destinação dos Recursos. O montante líquido obtido pela Companhia com a distribuição das Debêntures será utilizado, nesta ordem, para (i) liquidar os Empréstimos-Ponte concedidos pelos Coordenadores à Companhia em 29 de novembro de 2006, no montante de até R\$ 393.000.000,00 (trezentos e noventa e três milhões de reais), garantido por aval da Ecorodovias, bem como, penhor de direitos creditórios da Companhia, e, (ii) à composição do capital de giro da Companhia.

Fica a Diretoria da Companhia autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, bem como a contratar o Agente Fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, o auditor independente para emissão de carta de conforto, escritórios de advocacia, entre outros, podendo, ainda, celebrar a Escritura de Emissão, seus respectivos aditamentos, o contrato de colocação, os contratos de garantia e os demais contratos relativos à Emissão e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão.

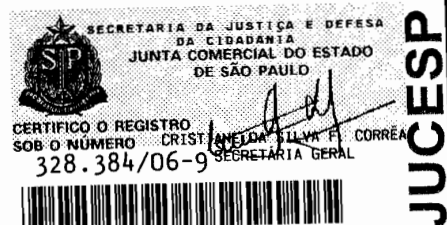
7. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes: Marcelino Rafart de Seras, Pedro Beltrão Fraletti, Marco Antonio Cassou e Massimo Villa.

São Bernardo do Campo, 1º de dezembro de 2006.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

MARCELINO RAFART DE SERAS
Secretário da Mesa



12